

CONTRATO/PROTOCOLO

9. PROPOSTA – MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA.

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, as seguintes propostas, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa:

a) Delegação de competências no Diretor dos Agrupamentos de Escolas e na Escola não agrupada, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

b) Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências nos números anteriores, para o ano 2023, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 17524

Data: 01/03/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a) Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O Presidente

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA

PROPOSTA

CONSIDERANDO:

O novo quadro de transferência de competências nos Municípios, na área da Educação, estabelecido no art.º 11 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual;

Que o novo regime redefine as áreas de intervenção e âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, na redação atual;

Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também, novas competências;

Que o Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e que o Diretor constitui um dos seus órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário);

Que os órgãos do Agrupamento de Escolas e Agrupadas e não Agrupadas, têm vindo a desenvolver as competências, ora descentralizadas, de forma eficiente e com qualidade de gestão e educação reconhecida por toda a comunidade educativa;

O Município de Braga, no uso da sua competência prevista no n.º 1 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro na redação atual, delega no Diretor(a) a contratação de fornecimentos e serviços que, devido às especificidades do Agrupamento de Escolas, não integra os elencados no número 3 da cláusula 1.ª, bem como os que não integram a

lista de material a adquirir pelo Município de Braga, e ainda aquelas contratações de fornecimentos e serviços essenciais ao normal funcionamento do estabelecimento educativo que por questões de eficiência e eficácia sejam melhor asseguradas pelo Agrupamento, designadamente, para assistências informáticas, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Que prevê ainda o n.º 3 do art.º 44.º que "As competências próprias do presidente da câmara e dos órgãos municipais referidas no n.º 1 podem ser objeto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas";

Que nos termos do art.º 10º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para além das novas competências plasmadas no próprio diploma, são competências das autarquias locais as atribuídas por outros diplomas, nomeadamente as conferidas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual;

Que o contrato de delegação de competências tem por objetivo a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das competências, agora delegadas, por parte do Agrupamento de Escolas;

Que para uma atuação conjunta em que estejam presentes o respeito pela autonomia, cooperação, solidariedade e corresponsabilidade, se torna vital que os diferentes órgãos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem às necessidades existentes;

Que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios de igualdade, não discriminação, estabilidade, prossecução do interesse público, boa-fé, necessidade e suficiência dos recursos, princípio da boa gestão e da continuidade da prestação do serviço público;

Os contratos a celebrar totalizam o valor de 234 092,10 euros, assim distribuídos.

ESCOLA	N.º ALUNOS	N.º TURMAS	Valor a atribuir por AE
			6,3*alunos+58*turma+5000 para agrupamentos < 1000 alunos com o limite máximo de 30 mil euros por agrupamento
E. A. C. M. Calouste Gulbenkian	547	34	10 418,10 €
AE Alberto Sampaio	3 595	174	30 000,00 €

AE André Soares	2 171	88	18 781,30 €
AE de Braga Oeste	640	34	11 004,00 €
AE Carlos Amarante	3 330	151	29 737,00 €
AE de Celeirós	877	50	13 425,10 €
AE Dona Maria II	2 837	132	25 529,10 €
AE Dr. Francisco Sanches	1 609	75	14 486,70 €
AE de Maximinos	1 588	77	14 470,40 €
AE de Mosteiro e Cávado	991	51	14 201,30 €
AE de Real	1 712	75	15 135,60 €
AE Sá de Miranda	2 410	123	22 317,00 €
AE de Trigoal de Santa Maria	875	53	13 586,50 €
Totais	23 182	1 117	233 092,10 €

PROPONHO

Que a Câmara Municipal com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal delibere aprovar a presente proposta de delegação de competências no Diretor dos Agrupamentos de Escolas e na Escola não agrupada, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências nos números anteriores, para o ano 2023, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Tudo, nos termos da alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa (Documentos Instrutórios).

A Técnica

**MINUTA CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA
NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS**

Entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, em Braga, neste ato validamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, como primeiro outorgante; E

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, pessoa coletiva n.º _____, com sede na _____, representado pelo/a Diretor/a do Agrupamento de Escolas, _____, no uso das competências previstas nos artigos 18.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 02 de julho, como segundo outorgante;

É celebrado o presente **CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1. No âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, o presente contrato tem por objeto a delegação de competências no/a _____ do Agrupamento de Escolas, doravante apenas designada como diretor(a), para a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos que, por questões de eficiência e eficácia, sejam melhor asseguradas pelo Agrupamento.
2. Inclui-se no ponto anterior o serviço de assistência informática a todos os equipamentos tecnológicos, bem como a todos os equipamentos adstritos à infraestrutura de rede de forma a garantir o acesso à Internet, de todos os estabelecimentos de educação e ensino que integram o Agrupamento de Escolas.
3. Excluem-se do âmbito de aplicação do presente contrato de delegação, a contratação de fornecimento e serviços de eletricidade, combustível, economato (de acordo com a lista aprovada), produtos e materiais de higiene e limpeza (de acordo com a lista aprovada), segurança, jardins e espaços verdes, equipamento administrativo, básico e didático, serviço de cópia, água, outros fluídos e comunicações, serviço de manutenção e inspeção

bem como o software de apoio à gestão orçamental e financeira (contabilidade, recursos humanos, património, etc.), antivírus e bibliotecas.

4. Excluem-se também do âmbito de aplicação do presente contrato de delegação, as matérias que são da responsabilidade da Parque Escolar E.P.E. e que constam do respetivo contrato.

Cláusula 2.ª

Princípios

O presente contrato de delegação de competências baseia-se nos seguintes princípios:

- a)** Igualdade de oportunidade e equidade;
- b)** Eficácia e melhoria dos resultados educativos;
- c)** Estabilidade;
- d)** Prossecução do interesse público;
- e)** Continuidade da prestação do serviço público;
- f)** Necessidade de suficiência dos recursos;
- g)** Subsidiariedade;
- h)** Não aumento da despesa pública global;
- i)** Eficiência da gestão de recursos.

Cláusula 3.ª

Direitos e Obrigações

1. Os outorgantes têm direitos e deveres de consulta e informação recíprocos.
2. Os outorgantes comprometem-se a realizar reuniões, no mínimo duas por ano, com regime semestral, para ser assegurada a articulação, o acompanhamento e monitorização da matéria visada no presente contrato, de forma a que, em conjunto, possam garantir a integral observância dos fins a que se destina.
3. O Município de Braga obriga-se a transferir para o Agrupamento de Escolas _____ os valores previstos no anexo I.
4. O Agrupamento de Escolas _____ obriga-se a garantir uma boa gestão e aplicação das verbas para os fins a que se destinam e a assegurar o pagamento que resulta dos contratos de aquisição de bens e serviços, em estreita colaboração com o Município de Braga.
5. No sentido de assegurar o adequado controlo da aplicação de recursos financeiros pelo Município, o Agrupamento de Escolas _____ obriga-se a assegurar o registo permanente das despesas efetuadas ao abrigo do presente contrato, na plataforma de gestão escolar integrada.

6. O Agrupamento de Escolas _____ obriga-se a cumprir todas as regras legais e regulamentares aplicáveis ao objeto do presente contrato, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Cláusula 4.ª

Gestão Escolar

1. A Câmara Municipal, no uso da sua competência prevista no n.º 1 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro na redação atual, delega no Diretor(a) a contratação de fornecimentos e serviços que, devido às especificidades do Agrupamento de Escolas, não integra os elencados no número 3 da cláusula 1.ª, bem como os que não integram a lista de material a adquirir pelo Município de Braga, e ainda aquelas contratações de fornecimentos e serviços essenciais ao normal funcionamento do estabelecimento educativo que por questões de eficiência e eficácia sejam melhor asseguradas pelo Agrupamento, designadamente, para assistências informáticas, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.
2. No que se reporta à prestação de serviços para a assistência informática a todos os estabelecimentos de educação e ensino que integram o Agrupamento de Escolas, a mesma deverá cumprir com as especificações técnicas e demais orientações dos serviços do Município de Braga.
3. Para o efeito, a Câmara Municipal transfere para o Agrupamento a verba identificada no ponto 1 do Anexo I, de acordo com as seguintes condições:
 - Uma única tranche, equivalente ao valor constante do anexo 1, no mês de assinatura do presente contrato.
4. As faturas e documentos equivalentes, devem ser arquivados num dossier, por meses, numerados sequencialmente e tratados na plataforma de gestão escolar integrada.

Cláusula 5.ª

Recursos Financeiros

1. O segundo outorgante obriga-se a apresentar relatórios semestrais, que devem ser entregues até ao 5.º dia útil do mês subsequente ao término do semestre a que se refere.
2. O segundo outorgante obriga-se ainda a apresentar um relatório final acumulado, relativo ao ano, sem o qual não será possível a outorga de novos contratos interadministrativos deste âmbito.
3. Todas as aquisições devem ser realizadas de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação aplicável.

Cláusula 6.ª

Resolução do Contrato

- 1.** Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução dos contratos, este pode ser resolvido por qualquer um dos outorgantes, nos seguintes casos:
 - a)** Incumprimento das obrigações contratuais por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b)** Por razões de interesse público devidamente fundamentadas;
 - c)** Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - d)** Por acordo das partes.
- 2.** A resolução do contrato determina a cessação da delegação de competências da Câmara Municipal no Diretor, produzindo efeitos a partir da data da assinatura do respetivo documento, que cumprirá com os mesmos formalismos legais verificados no presente contrato.

Cláusula 7.ª

Denúncia do Contrato

O presente contrato pode ser denunciado pelas partes, devendo, para o efeito, observar-se um aviso prévio de 90 (noventa) dias da data pretendida.

Cláusula 8.ª

Deveres de informação

- 1.** Cada um dos outorgantes, de boa-fé, informa o outro de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses, cumprimento ou boa execução do contrato.
- 2.** No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, o outorgante informa o outro do tempo ou da medida em que possivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Alterações ao contrato

- 1.** O contrato poderá ser revisto sempre que ocorram motivos que justifiquem a sua alteração, nomeadamente:
 - a)** Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
 - b)** A revisão seja indispensável para adequar o contrato aos objetivos pretendidos;
 - c)** Alterações legislativas de carácter específico com impacto direto, indireto e relevante no desenvolvimento do objeto deste contrato;
 - d)** Por proposta fundamentada de qualquer dos outorgantes e aceite pelo outro;
 - e)** Em qualquer outro caso em que haja consenso entre os outorgantes.
- 2.** Quaisquer alterações ao contrato constarão de aditamentos, assinados por ambos os outorgantes, após serem cumpridos os respetivos formalismos legais.

Cláusula 10.ª

Faltas e impedimentos do Diretor

Nas faltas e impedimentos do/a Diretor/a aplicam-se as normas constantes do Código do Procedimento Administrativo e o previsto no número 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, sendo substituído pelo/a Subdiretor/a.

Cláusula 11.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações entre as partes, estas deverão ser dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:
 - a) Câmara Municipal de Braga – municipe@cm-braga.pt
 - b) Agrupamento de Escolas - _____
2. Qualquer alteração dos contactos deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 12.ª

Prazo

O presente contrato entrará em vigor na data da sua assinatura, mantendo-se vigente até ao final do ano de 2023.

Cláusula 13.ª

Dúvidas e omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato, bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por acordo entre os dois outorgantes.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Câmara Municipal fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula 14.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e a execução do contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Legislação aplicável

O presente contrato rege-se pelo disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, todos na sua redação atualizada, e demais legislação aplicável.

Cláusula 16.ª

Publicidade

O presente contrato será publicado no sítio de internet do Município de Braga e do Agrupamento de Escolas _____.

Cláusula 17.ª

Cabimento e Compromisso

A despesa constante da execução do presente contrato tem cabimento na rubrica _____ do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o número sequencial de compromisso n.º _____

Cláusula 18.ª

Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a avaliação do cumprimento do presente contrato serão assumidos conjuntamente pelas partes, cabendo a cada uma delas a designação do respetivo representante para o desempenho dessa tarefa. Assim, foram designados:

-Pelo Município de Braga, _____.

-Pelo Agrupamento de Escolas XXXXXXXX_____

E por ambos os outorgantes concordarem com o conteúdo integral do presente contrato e se obrigarem a cumpri-lo integralmente, o vão assinar digitalmente, utilizando certificados de assinaturas eletrónicas qualificadas, numa única via, partilhada pelos outorgantes.

Este contrato irá ser presente à próxima reunião de Câmara para ratificação e submissão a ratificação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea m), do número 1, do artigo 33.º e do nº 3, do artigo 35º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, logo aquando da realização da sua primeira reunião, após a celebração deste contrato.

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA
O Presidente da Câmara Municipal

Ricardo Rio, Dr.

Pelo AGRUPAMENTO DE ESCOLAS XXXXXX
O/A Diretor/a

XXXXXXXXXXXX. Prof.

ANEXO I

TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS XXXXXX	
Rubrica/ Tipo de despesa	Valor
Gestão Escolar	€XXXXXXXX